

MOSTRAR E DIZER CONTRA A NOVA LEITURA¹

Bernardo Alonso (UFRJ)²

bernardoalonso@ufrj.br

Resumo: O objetivo deste trabalho é salvaguardar a distinção dizer / mostrar da leitura *New Wittgenstein*, a qual defende, entre outras coisas, que o *Tractatus* contém apenas linhas de puro *nonsense*. O autor apresenta uma breve exposição do sistema de linguagem do *Tractatus*. Depois tenta inter-relacionar três teses centrais, a tese da Analiticidade, a tese da Independência e a tese da Contingência como unificadas pela Teoria da Figuração. Esta fornece uma explicação para uma proposição elementar, sujeita à restrição de que uma proposição deve mostrar o seu sentido. Este artigo reconhece (sem avaliar) as objeções do segundo Wittgenstein em relação à teoria pictórica, mas reconhece também que tais objeções estão relacionadas a teses filosóficas, não a puro *nonsense*.

Palavras-chave: *Tractatus*, teoria pictórica, analiticidade, contingência, independência.

1- INTRODUÇÃO

Neste artigo defendo que três importantes teses do *Tractatus*, a saber, a tese da analiticidade, da contingência e da independência, derivam da tese de que uma proposição *mostra* o seu sentido.

Uma nova interpretação do *Tractatus* foi popularizada

¹ Recebido: 17.01.2011/Aprovado em 28.02.2011/Publicado on-line: 30.03.2011.

² Bernardo Alonso é Doutorando em filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil e fez doutorado sanduíche no grupo de filosofia da informação das universidades de Oxford e Hertfordshire.

por importantes comentadores³, que defendem, respeitadas as diferenças entre suas interpretações, que tanto o “primeiro” quanto o “segundo” Wittgenstein teriam uma concepção deflacionária da Filosofia, de acordo com a qual o autor em questão não tem questões filosóficas genuínas e não dá andamento a nenhuma tese (DIAMOND, 1991, p. 181). Tal corrente é conhecida na literatura secundária como *New Wittgenstein*. No caso do *Tractatus* algumas críticas são aniquiladoras, ao apontarem para o fato de que, à exceção de algumas indicações de “efeito” que sugerem como o livro deve ser lido, a obra do jovem Wittgenstein não passa de um amontoado de puro *nonsense* (PROOPS, 2001, p. 1). Tal contra-senso é caracterizado como “puro” porque não se refere a algo profundo e iluminador que de alguma forma poderia “apontar” para o que não pode ser colocado em palavras. Não aponta de uma maneira indireta para a capacidade da linguagem em mostrar algo que não pode ser dito. Sob essa perspectiva, mesmo as observações sobre a doutrina do *mostrar* devem ser, por fim, abandonadas ao status de *nonsense*. Contra esse tipo de interpretação, neste artigo será exposto e demonstrado que três teses centrais ao *Tractatus* dependem diretamente da doutrina do mostrar:

- (a) Todas as proposições (genuínas) e todas as proposições lógicas são funções de verdade de proposições elementares;
- (b) Toda proposição elementar é contingente;
- (c) Proposições elementares são mutuamente logicamente independentes.

³ Diamond (1991), Conant (2001), Kremer (2001), Goldfarb (1997), Floyd (1998), entre outros. Para interessante discussão sobre o assunto ver Proops (2001).

Respectivamente, (a) a tese da analiticidade⁴, (b) a tese da contingência e (c) a tese da independência (CHEUNG, 2006, p. 29). Para que minha defesa tenha efeito, preciso mostrar como a tese de que todas as proposições da lógica são tautologias pode ser deduzida dessas três outras teses, e mostrar que todas dependem da tese maior da distinção do que pode ser dito e do que não pode ser dito, mas apenas mostrado.

(4.022) A proposição *mostra* seu sentido. A proposição *mostra* como estão as coisas *se* for verdadeira. E *diz que* as coisas estão assim.

Em primeiro lugar, vamos ver como a dedução lógica é válida a partir das três teses anteriores. Devemos notar que se proposições elementares são contingentes e logicamente independentes umas das outras, para qualquer função de verdade de proposições elementares, cada uma das possibilidades de verdade constituídas pelas proposições elementares componentes é genuína. Uma tautologia é incondicionalmente verdadeira, enquanto uma contradição é incondicionalmente falsa⁵. Por conseguinte, se proposições elementares são contingentes e mutuamente logicamente independentes, então uma função de verdade de proposições elementares é necessariamente verdadeira se e somente se é uma tautologia. Se, ademais, todas as proposições lógicas são funções de verdade de proposições elementares, então todas as proposições lógicas (verdadeiras) são tautolo-

⁴ (a) é também a formulação do princípio da extensionalidade, que, de acordo com Wittgenstein, é uma pré-condição do pensamento e da análise lógica. (SCRUTON, 1982, p. 273).

⁵ Enquanto a proposição *mostra* o que diz, a tautologia (e a contradição) mostram que não dizem nada. Por isso a tautologia não possui condições de verdade e é incondicionalmente verdadeira, diferentemente da contradição, que é incondicionalmente falsa. Tal como a contradição, a tautologia pertence, segundo Wittgenstein, ao simbolismo, numa forma análoga a como o zero pertence ao simbolismo da aritmética, como veremos mais adiante.

gias.

2. MOSTRAR, EXPRESSÃO E SÍMBOLO

Como será argumentado mais adiante que *mostrar* é apresentar o que é intrínseco a uma expressão, é necessária uma breve explanação da noção tractatiana de símbolo.

Nos aforismos 3.3s do *Tractatus*, qualquer parte da proposição que caracterize seu sentido é chamada de “expressão” ou “símbolo”. De uma maneira trivial, uma expressão é uma parte proposicional e caracteriza o sentido por ser portadora do sentido. Vejamos como no *Tractatus* é tomado o termo “proposição”: (3.1) “Na proposição o pensamento exprime-se sensível e perceptivelmente”; e outro aforismo esclarecedor: (4) “O pensamento é a proposição com sentido”. Quando uma proposição é considerada uma expressão, o que isto significa é que a proposição é a expressão de um pensamento. Quando uma proposição é considerada como um pensamento, ela pode ter diferentes expressões, mas não é uma expressão ela mesma. O nome é outro exemplo de um símbolo que caracteriza um sentido. É um constituinte essencial para a proposição elementar: (4.22) “A proposição elementar consiste em nomes. É uma vinculação, um encadeamento de nomes”. Contribui para o sentido de uma proposição por ser um representante de um objeto: (3.203) “O nome significa o objeto. O objeto é seu significado. (‘A’ é o mesmo sinal de ‘A’)” e (3.221) “Os objetos só posso nomeá-los. Sinais substituem-nos. Só posso falar sobre eles, não posso enunciá-los. Uma proposição só pode dizer como uma coisa é, não o que ela é”.

Porém, os aforismos 3.3s não nos possibilitam a formu-

lação de uma definição geral do que seja a expressão, pois essa série de aforismos apenas se refere ao contexto da natureza das proposições e o lugar dos nomes no nexo proposicional. De fato, se considerarmos que tautologias e contradições, que são partes proposicionais que não contribuem para a caracterização do sentido, também são expressões:

(5.525) É errado reproduzir em palavras a proposição “ $(\exists x).fx$ ” - como faz Russell - por “ fx é possível”. Certeza, possibilidade ou impossibilidade de uma situação não se exprimem por uma proposição, mas por uma expressão ser uma tautologia, uma proposição com sentido ou uma contradição. Aquele precedente que sempre nos dispomos a invocar já deve estar no próprio símbolo.

Ou seja, o termo “símbolo” não se refere somente a uma proposição, mas também à tautologia, à contradição e aos nomes. Mas, de que maneira tautologias e contradições são expressões, se não são caracterizadores de sentido e (4.465) “O produto lógico de uma tautologia e uma proposição diz o mesmo que uma proposição [...]”?

Talvez possamos compreender a questão a partir do aforismo (4.461) “A proposição mostra o que diz; a tautologia e a contradição, que não dizem nada. A tautologia não tem condições de verdade, pois é verdadeira incondicionalmente; e a contradição, sob nenhuma condição. Tautologia e contradição não têm sentido. [...]”. Mas (4.5) diz que “Para n proposições elementares, há Ln grupos de possíveis condições de verdade. Os grupos de condições de verdade que concernem às possibilidades de verdade de um certo número de proposições elementares podem ser ordenados numa série”. Portanto, numa notação adequada, tautologias e contradições podem ser expressas como combinações de funções de verdade de proposições

elementares. Uma proposição elementar, como uma proposição, é um símbolo que é uma parte proposicional caracterizadora de sentido. Então tautologias e contradições são combinações sem sentido⁶ de funções de verdade de partes proposicionais caracterizadoras de sentido. Tautologias e contradições são casos limite dessas combinações. Daí a importância do aforismo:

(4.4611) Tautologia e contradição não são, porém, contra-sensos; pertencem ao simbolismo, analogamente à maneira, na verdade, como o “0” pertence ao simbolismo na aritmética.

E Wittgenstein em carta para G. E. Moore:

A tautology (not a logical proposition) is not nonsense in the same sense in which, e.g., a proposition in which words which have no meaning occur is nonsense. What happens in it is that all its simple parts have meaning, but it is such that the connections between these paralyze or destroy one another, so that they are all connected only in some irrelevant manner (WITTGENSTEIN, 1969, p. 118-119).

Se considerarmos “ $0 + 3 = 3$ ”, perceberemos facilmente que, embora “0” (zero) não caracterize uma “quantidade integral”⁷, ainda assim é um símbolo e uma integral no simbolismo da aritmética. De modo análogo, o produto lógico de uma tautologia e uma proposição são idênticos à proposição, como vimos em (4.465). Portanto, considerando que tautologias e contradições são casos limite de combinações de funções de verdade de partes proposicionais caracterizadoras de sentido, do mesmo modo que “0” (zero) é o caso limite das quantidades integrais, tautologias e contradições são também expressões dentro de um simbo-

⁶ *Sinnlos* – sem sentido / *senseless*; diferente de *Unsinnig* – contra-senso / *nonsense*.

⁷ O ‘zero’ definido como a cardinalidade de um conjunto vazio e o elemento neutro na adição.

lismo relevante (CHEUNG, 2006, p. 48). De maneira que podemos afirmar que uma expressão (ou um símbolo) ou é uma parte proposicional caracterizadora de sentido ou um caso limite de partes proposicionais caracterizadoras de sentido.

Qual a natureza do *mostrar* (via expressão)? Existem dois casos no *Tractatus* que devem ser considerados para que se possa responder à pergunta. O primeiro caso é: “uma proposição mostra o seu sentido” ou “uma proposição mostra como as coisas estão se for verdadeira” (4.022). Ora, se tomarmos a maneira pela qual Wittgenstein considera a linguagem em (4.002), “forma exterior do traje” e os “acordos tácitos que permitem o entendimento da linguagem”, deve haver expressões da proposição através das quais podemos ver como as coisas estão se for verdadeira. Uma expressão é o que mostra. Então, a tese de que uma proposição mostra o seu sentido deve ser formulada da seguinte maneira: uma proposição (um pensamento) deve ter uma expressão que mostra o seu sentido. Isso quer dizer, uma proposição sempre pode ser expressa de uma determinada maneira que ela exhibe ou mostra o seu sentido de forma que possamos ver como as coisas estão se for verdadeira ao inspecionar a expressão somente, - (4.023) “[...] e por isso pode-se muito bem ver na proposição como está, se ela for verdadeira, tudo que seja lógico”.

O outro caso é quando, numa notação adequada, uma proposição lógica mostra que é uma tautologia:

(6.127) Todas as proposições da lógica têm os mesmos direitos. Não há, entre elas, o que seja essencialmente lei básica ou proposição derivada. Toda tautologia mostra, ela própria, que é uma tautologia.

Também mostra as propriedades lógicas do mundo a-

través de suas propriedades estruturais:

(6.12) Que as proposições da lógica sejam tautologias, isso *mostra* as propriedades formais - lógicas - da linguagem, do mundo.

Numa notação adequada, as características essenciais de uma proposição lógica, como ser uma tautologia, e as propriedades estruturais da tautologia, podem ser vistas através do sinal proposicional relevante ou a partir da tabela de verdade relevante (4.442). Para capturar o que é essencial a uma tautologia, proposição ou contradição, devemos atentar para o que é essencial ao símbolo, para o que é intrínseco ao símbolo, e neste sentido podemos afirmar que *mostrar* é apresentar o que é intrínseco a uma expressão. É digno de nota salientar que mostrar ou exibir o que é intrínseco ao símbolo não se limita à exibição visual. Qualquer coisa que permite ao usuário da linguagem capturar a forma lógica de um símbolo é tudo o que proporciona o mostrar. No caso de uma proposição mostrar o seu sentido, o que é a tese acima exposta - uma proposição (um pensamento) deve ter uma expressão que mostra o seu sentido - o sentido é mostrado através do uso de tal proposição:

(3.326) Para reconhecer o símbolo do sinal, deve-se atentar para o uso significativo.

(3.327) É só com seu emprego lógico-sintático que o sinal determina uma forma lógica.

3. ANÁLISE

(3.24) A proposição que trata do complexo está em relação interna com a proposição que trata da parte constituinte desse complexo. [...] A síntese do símbolo de um complexo num símbolo simples pode ser expressa por meio de uma definição.

Consideremos a proposição das *Investigações*: “Minha vassoura está no canto” (WITTGENSTEIN, 1997, §60). A proposição pode ser expressa como “fa”, por exemplo, onde “a” é um símbolo para a vassoura e “f -” está para “- está no canto”. A vassoura é um exemplo do que é chamado de “um complexo” no *Tractatus* e, portanto “a” é um elemento proposicional que significa um complexo. (3.24) “[...] O complexo só pode ser dado por meio de sua descrição, e ela será ou não conforme. [...]”. Sendo assim, a vassoura pode ser dada pela descrição “o cabo de vassoura está fixo à escova”. Agora consideremos “b” como sendo o elemento proposicional que significa “o cabo de vassoura”, “c” o elemento proposicional que significa a “escova” e “-R--” para “- está fixo à --”. A descrição pode ser expressa por “bRc”. A vassoura existe se “bRc” for verdadeira; e não existe se for falsa. O cabo de vassoura estar fixo à escova, que é descrito por “bRc”, pertence à complexidade interna da vassoura⁸. Agora suponhamos que o cabo de vassoura e a escova estão ambos no canto. Se o cabo de vassoura estiver fixo à escova, então “fa” é verdadeira. Se não estiver fixo, então, de acordo com o *Tractatus*, é falsa. Para entendermos o sentido de “fa” completamente devemos saber sobre a complexidade interna relevante da vassoura, ou seja, a complexidade interna contribui para o sentido de “fa”.

(2.0201) Todo enunciado sobre complexos pode-se decompor em um enunciado sobre as partes constituintes desses complexos e nas proposições que os descrevem completamente.

Por exemplo, a “vassoura está no canto” pode ser anali-

⁸ No exemplo, em inglês, *broomstick* – “cabo de vassoura”. Poderíamos abreviar para apenas “cabo”, e ainda assim ficaria “cabo fixo à escova”, “bRc”, descrevendo a complexidade interna da vassoura. No exemplo de Wittgenstein nas *Investigações* é usado *Besenstiel*.

sado em “o cabo de vassoura está no canto, a escova está no canto e o cabo de vassoura está fixo à escova”, isto é, “fa” em “fb.fc.bRc”. Ao considerarmos (5.141) “Se p se segue de q e q de p , elas são uma e a mesma proposição”. Então temos que: $fa \equiv (fb.fc.bRc)$ (KENNY, 1973, p. 79-80). A expressão pode ser vista como uma definição contextual de “a” por meio dos outros símbolos. Visto que “bRc” é uma descrição do complexo “a”, a resolução de “fa” em “fb.fc.bRc” pode ser vista como a dissecação sintática, do ponto de vista do *Tractatus*, da complexidade interna do complexo “a”. No entanto, a complexidade interna de “a” que contribui para o sentido não está dissecada sintaticamente em “fa”, pois a expressão “fa” não mostra a complexidade interna que contribui para o sentido de “a”. Pode, no máximo, mostrar um sentido incompleto, ou parte do sentido da proposição. Vejamos a parte do aforismo citado no início da seção que foi omitida:

(3.24c) Que um elemento proposicional designe um complexo, pode-se percebê-lo por uma indeterminação nas proposições em que aparece. *Sabemos* que, por meio dessa proposição, ainda não fica tudo determinado. (A designação da generalidade contém, na verdade, um protótipo de figuração).

O que acabamos de ler nessa citação nos leva a duas conclusões, primeiro, que a expressão de uma proposição com um elemento significando um complexo tem uma indeterminação intrínseca e, segundo, nos casos de elementos proposicionais significando complexos, a análise lógica é o processo de dissecação sintática da complexidade interna dos complexos⁹.

⁹ Como sugerido por revisor anônimo, para ver a forma lógica é necessário somar forma gramatical e acordos tácitos (que provavelmente incluem o contexto de enunciação). Mas disso não se Cont.

(4.002) O homem possui a capacidade de construir linguagens com as quais se pode exprimir todo o sentido, sem fazer ideia de como e do que cada palavra significa – como também falamos sem saber como se produzem os sons particulares. A linguagem corrente é parte do organismo humano, e não menos complicada que ele. É humanamente impossível extrair dela, de modo imediato, a lógica da linguagem. A linguagem é um traje que disfarça o pensamento. E, na verdade, de um modo tal que não se pode inferir, da forma exterior ao traje, a forma do pensamento trajado; isso porque a forma exterior do traje foi constituída segundo fins inteiramente diferentes de tomar reconhecível a forma do corpo. Os acordos tácitos que permitem o entendimento da linguagem corrente são enormemente complicados.

Provavelmente o emprego de símbolos não-primitivos na linguagem faça parte dos acordos tácitos mencionados em (4.002). De fato, no *Tractatus* é defendido que todos os símbolos não-primitivos podem ser eliminados do simbolismo relevante e, como dito anteriormente, o *Tractatus* deriva a possibilidade da eliminação dos símbolos não-primitivos da tese que uma proposição mostra seu sentido.

(3.251) A proposição exprime, de uma maneira determinada, claramente especificável, o que ela exprime: a proposição é articulada.

Se o sentido de uma proposição pode ser definido claramente, então o sentido da proposição é determinado. É importante notar que se uma proposição mostra o seu sentido, então, em um simbolismo adequado, podemos entender seu sentido ao inspecionar a expressão da proposição somente. A tese de que o sentido é determinado, assegura, necessariamente, a tese de que uma proposição mostra seu sentido.

segue que a notação ordinária não mostre a forma lógica de forma alguma, senão seria não-analisável.

(3.23) O postulado da possibilidade dos sinais simples é o postulado do caráter determinado do sentido.

A determinação do sentido garante a possibilidade da eliminação dos símbolos não-primitivos ou, de forma equivalente, a possibilidade de análise completa para toda proposição. Para entendermos isso melhor, suponhamos que nem todos os símbolos não-primitivos possam ser eliminados. Bastaria achar uma proposição cujo sentido é indeterminado, pois o que está em jogo é que se um sinal proposicional sozinho mostra o sentido, este é determinado. Se todos os símbolos não-primitivos são sempre capazes de serem eliminados, o que significa dizer que nem todos os símbolos não-primitivos podem ser eliminados? A única possibilidade é que exista uma proposição à qual o processo de análise não chega a um fim, e a cada passo deste infundável processo de análise resulte numa expressão contendo pelo menos um símbolo não-primitivo. Tal tipo de expressão, como mencionado antes, apresenta uma indeterminação intrínseca e, portanto, não mostra o seu sentido. Não podemos obter da expressão ou do processo de análise um sentido completo. Nesse caso simplesmente não há expressão que possa definir um sentido completo, caso contrário o processo de análise teria um fim.

(3.25) Há uma e apenas uma análise completa da proposição.

Demonstrado que a determinabilidade de sentido garante a possibilidade da eliminação completa de todos os símbolos não-primitivos, resta demonstrar que toda proposição tem uma análise completa única. Vejamos como isso é possível: a tese de que toda proposição tem uma análise completa única assegura que é possível estabelecer um simbolismo adequado, isto é, um simbolismo capaz de exprimir

sentido sem usar nenhum símbolo não-primitivo. Para provarmos o inverso, devemos notar que se todos os símbolos não-primitivos podem ser eliminados, então é possível estabelecer um simbolismo adequado sem nenhum símbolo não-primitivo. Uma vez adotado o simbolismo, toda proposição pode ser expressa como uma combinação de símbolos primitivos, e, portanto é completamente analisado.

A eliminação completa de todos os símbolos referenciais¹⁰ não-primitivos dá origem aos símbolos primitivos referenciais.

(3.202) Os sinais simples empregados na proposição chamam-se nomes.

Os nomes são definidos como sendo os símbolos primitivos referenciais em expressões ou proposições completamente analisadas. O significado de um nome é o que contribui para a caracterização do sentido das proposições nas quais ele ocorre. O *Tractatus* identifica o objeto com o significado de um nome (3.203) e um nome como um representante de um objeto (3.22). A completa eliminação de símbolos não-primitivos não referenciais, ou constantes lógicas não primitivas (ver nota), dá origem a uma única constante lógica primitiva, que é simbolizada no sistema tractariano por N.

(5.5) Toda função de verdade é um resultado da aplicação sucessiva da operação

$$(\neg\neg\neg\neg\neg V)(\xi\neg\neg\neg\neg\neg)$$

a proposições elementares. Essa operação nega todas as proposições

¹⁰ Elementos proposicionais significando complexos são símbolos não-primitivos referenciais e constantes lógicas não-primitivas são símbolos não-primitivos não-referenciais. Margutti Pinto (1996, p. 205).

entre os parênteses da direita e chamo-a a negação dessas proposições.

No sistema tractariano, N é a constante lógica primitiva, ou a única constante lógica fundamental por meio da qual outras constantes lógicas podem ser definidas. Os verdadeiros sinais primitivos gerais não são “ $p \vee q$ ”, “ $(\exists x).f x$ ”, etc., mas a forma mais geral de suas combinações¹¹.

(5.46) Corretamente introduzidos os sinais lógicos, já se teria com isso introduzido também o sentido de todas as suas combinações; portanto, não apenas “ $p \vee q$ ”, mas também “ $\sim(p \vee \sim q)$ ”, etc., etc. Com isso já se teria introduzido também o efeito de todas as combinações meramente possíveis de parênteses. E com isso teria ficado claro que os sinais primitivos gerais propriamente ditos não são “ $p \vee q$ ”, “ $(\exists x).f x$ ”, etc., mas a forma mais geral de suas combinações.

Visto que o sistema tractariano tem N como única constante lógica primitiva, todas as constantes lógicas são eliminadas via forma geral das combinações produzidas por N . Se a constante lógica primitiva N também é não-referencial, temos que os produtos finais da eliminação completa de símbolos não-primitivos são símbolos primitivos referenciais, nomes, e o símbolo primitivo não referencial, a constante lógica não primitiva. Pelo que vimos até agora, os símbolos podem ser classificados em primitivos referenciais (nomes), primitivos não referenciais (constante lógica primitiva N), símbolos referenciais não-primitivos (elementos proposicionais significando complexos), e símbolos não-primitivos não referenciais (constantes lógicas não primitivas).

Como um símbolo primitivo, um nome não pode, por definição, ter qualquer conteúdo semântico sintaticamente

¹¹ As constantes não-primitivas escondem a constante lógica primitiva.

dissecável. Segundo os aforismos:

(2.02) O objeto é simples.

(2.021) Os objetos constituem a substância do mundo. Por isso não podem ser compostos.

Um objeto, é simples, é desprovido de complexidade interna. Um nome não apresenta conteúdo semântico sintaticamente dissecável e seu significado, um objeto, é desprovido de complexidade interna. Se um objeto é o significado de um símbolo primitivo, não pode apresentar complexidade interna sintaticamente dissecável. Então, ou um objeto é simples ou apresenta complexidade interna que não é sintaticamente decimável. Resta-nos a rejeição da segunda alternativa. Pois, se um objeto apresenta uma complexidade interna não decimável sintaticamente que contribui para o sentido, então o que contribui para o sentido não poderia ser sintaticamente decimável e não haveria maneira de exibir o sentido completo através de uma expressão. A tese de que uma proposição mostra o seu sentido seria violada. Portanto, um objeto não pode apresentar complexidade interna que contribui para o sentido que não seja sintaticamente decimável. Acrescente-se que um objeto, o significado de um nome, é linguisticamente dependente, ou seja, contribui para os sentidos das proposições nas quais o nome desse objeto ocorre. Então, o que quer que pertença à natureza de um objeto deve contribuir para o sentido do nome, donde, um objeto não pode apresentar complexidade interna que não seja semanticamente decimável.

O resultado da eliminação de símbolos não-primitivos de uma expressão da proposição é a unidade mínima de sentido, ou a função de verdade de unidades mínimas de

sentido.

(5.2341) O sentido de uma função de verdade de p é uma função do sentido de p . Negação, adição lógica, multiplicação lógica, etc., etc. são operações. (A negação inverte o sentido da proposição).

Uma unidade mínima de sentido não pode, claro, ser uma função de verdade propriamente dita, do contrário seria um caso de falácia lógica, *petitio principii*. Ela deve ser uma combinação imediata de nomes. Contém apenas nomes. Como símbolos primitivos, não têm conteúdo semântico sintaticamente dissecável e se referem apenas a coisas desprovidas de complexidade interna. Nomes não têm sentido nem na proposição, não exprimem um sentido a não ser quando conectados de uma maneira determinada.

(3.142) Só fatos podem exprimir um sentido, uma classe de nomes não pode.

Portanto, uma unidade mínima de sentido deve ser uma combinação imediata de nomes, expressão do que no *Tractatus* é chamado de “proposição elementar”.

(4.221) É óbvio que devemos, na análise das proposições, chegar a proposições elementares, que consistem em nomes em ligação imediata. Levanta-se aqui a questão: como se origina a ligação proposicional?

Uma expressão de uma proposição pode ser dita “completamente analisada” se for uma combinação imediata de nomes, combinação esta que não contém componentes logicamente equivalentes. Não conter componentes logicamente equivalentes evita que casos como “ $\sim\sim p$ ” e “ $p \vee p \vee q$ ” sejam considerados como expressões completamente analisadas.

De modo mais claro, a eliminação de todos os símbolos

não-primitivos em uma expressão de uma proposição dá origem a expressão completamente analisada da proposição, que é uma combinação imediata de nomes, ou o resultado da aplicação da operação lógica primitiva, simbolizada pela constante lógica primitiva, na combinação imediata de nomes.

(5) A proposição é uma função de verdade das proposições elementares. (A proposição elementar é uma função de verdade de si mesma).

O emprego dos nomes e das constantes lógicas do simbolismo adequado produz combinações de funções de verdade de proposições elementares, que não precisam ser proposições, podem ser também tautologias. Se uma proposição lógica é expressa por meio de um simbolismo adequado, contendo nomes e constantes lógicas somente, deve ser estruturada nos termos destes nomes e constantes lógicas. Segue-se que todos os símbolos não-primitivos em uma expressão de uma proposição lógica podem ser também eliminados a partir das mesmas definições que são usadas para eliminar os mesmos símbolos não primitivos de expressões de proposições (não-lógicas) nas quais ocorrem. Sendo assim, a tese da analiticidade¹² se segue da possibilidade da eliminação dos símbolos não-primitivos, possibilidade esta que, por sua vez, deriva da tese de que a proposição mostra o seu sentido.

Uma objeção que pode ser levantada é a de que a análise completa sozinha não implica a tese da extensionalidade, que é formulada também por (a). Implica apenas que, se uma proposição for formada de outras proposições, então

¹² (a) Todas as proposições (genuínas) e todas as proposições lógicas são funções de verdade de proposições elementares.

em algum nível a análise completa vai mostrar quais são elas e como a proposição original é formada a partir delas. Seria nesse “como” que entraria a tese da extensionalidade, de justificação independente. E mostrar que podemos obter funções de verdade com a operação N não é o mesmo que mostrar que podemos obter todas as proposições, salvo se assumirmos a tese da extensionalidade. No entanto, deve ser lembrado que o objetivo do artigo não é discorrer sobre como podemos obter todas as proposições, mas simplesmente que há teses bem sólidas no *Tractatus* que dependem da tese que uma proposição mostra o seu sentido, o que claramente é o caso da tese da analiticidade, que ao contrário do princípio da extensionalidade, não pode ser justificada independentemente.

4. CONTINGÊNCIA

(4.01) A proposição é uma figuração da realidade. A proposição é um modelo da realidade tal como pensamos que seja.

A Teoria Pictórica parece ser o único mecanismo no *Tractatus* que dá conta do fato das proposições elementares exprimirem sentido, subordinadas ao outro fato de que uma proposição deve mostrar seu sentido. Afinal, uma proposição é uma figura da realidade porque compreendemos seu sentido sem este nos ter sido explicado, e nós podemos fazer isso porque uma proposição mostra o seu sentido.

(4.02) É o que se vê a partir do fato de entendermos o sentido do sinal proposicional sem que ele nos tenha sido explicado.

Uma expressão de uma proposição elementar, completamente analisada, contém nomes concatenados, tem uma estrutura, é um fato. A combinação imediata de significados

de nomes, objetos, é chamada no *Tractatus* de “estado de coisas” (2.01). A maneira determinada pela qual objetos estão conectados uns aos outros num estado de coisas é chamada “estrutura”, para a qual a possibilidade desta é chamada “forma” do estado de coisas (2.032). Um objeto tem sua possibilidade combinatória e, portanto, tem sua forma (2.0141). Um estado de coisas possível tem uma forma e, se existir, tem uma estrutura. Um fato é definido como a existência de estados de coisas, e, portanto, também tem uma forma e uma estrutura (3.14). Ora, se um fato exprime um sentido, devemos atentar que está sujeito à restrição de que tudo o que exprime um sentido deve *mostrar* seu sentido. Faz-se oportuna a exposição da série de seis aforismos que falam sobre como é estabelecida a relação pictórica:

(2.1511) É assim que a figuração se enlaça com a realidade; ela vai até a realidade.

(2.2512) Ela é como uma régua aposta à realidade.

(2.15121) Apenas os pontos mais externos das marcas da régua *tocam* o objeto a ser medido.

(2.1513) Segundo essa concepção, portanto, à figuração pertence também a relação afiguradora, que faz figuração.

(2.1514) A relação afiguradora consiste nas coordenações entre os elementos da figuração e as coisas.

(2.1515) Essas coordenações são como que as antenas dos elementos da figuração, com as quais ela toca a realidade.

O que podemos extrair, num primeiro momento, desse conjunto de aforismos sobre a teoria pictórica, é que a preocupação de Wittgenstein, ao inserir as noções de “mensuração”, “coordenação” e imagens como “régua” e

“antena”, está voltada para a restrição de que apenas objetos que têm a mesma forma dos elementos constituintes da figura podem ser correlacionados a tais elementos. É nesse sentido que uma figura representa a possibilidade de estados de coisas, ou estados de coisas possíveis (2.2–2.203). Em uma figura, o fato de que elementos estão relacionados uns com os outros representa que objetos estão relacionados uns com os outros da mesma maneira determinada.

(2.15) Que os elementos da figuração estejam uns para os outros de uma determinada maneira representa que as coisas assim estão umas para as outras. Essa vinculação dos elementos da figuração chama-se estrutura; a possibilidade desta, sua forma de afiguração.

Um fato é constituído em uma figura, e sua forma, que é constituída pela forma de seus elementos constituintes, quando estes denotam elementos que constituem estados de coisas da mesma forma, é a forma da figuração. Uma proposição elementar, como uma figura, asseire que os significados dos seus nomes constituintes estejam conectados uns nos outros da mesma maneira determinada que os nomes constituintes, isto é, assegura a *existência* de um possível estado de coisas representado por meio de seus nomes constituintes e de sua forma.

(4.21) A proposição mais simples, a proposição elementar, asseire a existência de um estado de coisas.

O sentido de uma proposição elementar, ou de uma figura, é introduzido em (2.221) como o possível estado de coisas que ela representa. No *Tractatus* uma proposição elementar *mostra* o sentido, ou o estado de coisas que ela representa, apenas pelo o que lhe é intrínseco. Lembremos que, como dito anteriormente, apenas objetos que têm a mesma forma dos elementos constituintes da figura podem

ser correlacionados a tais elementos. Ora, os nomes constituintes de uma proposição elementar são representantes de objetos simples. Visto que objetos simples não apresentam complexidade interna, nenhuma outra proposição pode dissecar sintaticamente o conteúdo semântico de seus representantes. Eles são indistinguíveis entre objetos que compartilham da mesma forma. Para distingui-los de outros objetos de diferentes formas, denotados por nomes constituintes de outras proposições elementares, claro, é preciso da forma pictórica, que é somente intrínseca à proposição elementar.

Uma proposição elementar é verdadeira se o seu sentido, ou o estado de coisas que representa, existe, e é falsa se não existe (4.022-4.024). Apesar de o que uma proposição elementar representa (pode representar) ser completamente determinado por sua forma e seus elementos constituintes de modo intrínseco, a existência do que ela representa é extrínseca. O que parece trivial serve para assinalar que nada do que é intrínseco a uma proposição elementar pode dizer se o que ela representa existe ou não. Como resultado, a definição de relação de verdade (4.022-4.024) e a maneira como uma proposição elementar representa seu sentido (teoria pictórica), garantem a tese da contingência¹³. A tese da contingência pode ser derivada da teoria pictórica, que pode ser deduzida da tese que uma proposição mostra o seu sentido e da tese de que duas expressões (proposicionais) logicamente equivalentes são expressões da mesma proposição.

¹³ (b). Toda proposição elementar é contingente.

5. INDEPENDÊNCIA

(5.152) Proposições que não tenham em comum nenhum argumento de verdade, chamamos de mutuamente independentes. Duas proposições elementares conferem uma à outra a probabilidade $\frac{1}{2}$. Se p se segue de q , a proposição “ q ” confere à proposição “ p ” a probabilidade 1. A certeza da inferência lógica é um caso-limite da probabilidade. (Aplicação à tautologia e à contradição).

Dada a definição de probabilidade em (5.15–5.151), fica garantido que o *Tractatus* defende que duas proposições elementares não têm argumentos de verdade em comum uma com a outra e, portanto são logicamente independentes (BLACK, 1971, p. 247-248). Para conclusão deste artigo defenderei minha última hipótese, a de que a tese da independência¹⁴ é derivada da tese de que uma proposição mostra o seu sentido.

(5.134) De uma proposição elementar, nenhuma outra se pode deduzir.

O *Tractatus* parece tomar a noção de que uma proposição elementar não pode implicar em outra proposição elementar como uma consequência lógica do que é desenvolvido antes do aforismo acima, especialmente em:

(5.124) A proposição afirma toda proposição que dela se segue.

(5.13) Que a verdade de uma proposição se siga da verdade de outras, vê-se pela estrutura das proposições.

Uma proposição ocorre em outra proposição que a encerra “estruturalmente”. Estruturalmente quer dizer aqui, com base nas operações de verdade:

(5.54) Na forma proposicional geral, a proposição ocorre na propo-

¹⁴ (c). Proposições elementares são mutuamente logicamente independentes.

sição apenas como base das operações de verdade.

Agora suponhamos que uma proposição elementar “P” implique em outra proposição elementar “Q”. Então “Q” ocorre em “P” como base da operação de verdade. Isso entraria em contradição com a suposição de que “P” é uma proposição elementar, pois como vimos em (5.134) uma proposição elementar não pode implicar em outra proposição elementar. O aforismo (5.134), juntamente com (4.211), compõem a tese da independência (GRIFFIN, 1969, p. 76-77).

(4.211) É um sinal da proposição elementar que nenhuma proposição elementar possa estar em contradição com ela.

Lembremos que uma expressão completamente analisada de uma proposição elementar é uma combinação imediata de nomes. Se considerarmos que uma expressão completamente analisada de uma proposição só pode ocorrer em uma expressão completamente analisada de uma outra proposição como base de operações de verdade (5.54), então, como uma combinação imediata de nomes, não pode conter uma expressão de nenhuma proposição a não ser ela mesma. Por conseguinte, nenhuma expressão completamente analisada de uma proposição elementar pode conter uma expressão completamente analisada de outra proposição. Ademais, se uma proposição implica uma proposição elementar, ou a negação de uma proposição elementar, então toda expressão completamente analisada daquela contém uma expressão completamente analisada das operações de verdade da última. Ora, isso não é mais nem menos que um corolário da teoria pictórica, que, como vimos na seção 4.3, pode ser deduzida da tese que uma proposição mostra o seu sentido e da tese de que duas ex-

pressões (proposicionais) logicamente equivalentes são expressões da mesma proposição.

Para vermos isso mais claramente, suponhamos que uma proposição “P” implique outra proposição “Q”, e que “Q” é uma proposição elementar (ou a negação de uma proposição elementar). Tomemos “fa” (ou “~fa”) como a expressão completamente analisada de “Q”, onde “f” e “a” são nomes. Então “P” deve afirmar o que “fa” (ou “~fa”) afirma. Ou seja, as condições de verdade, ou o sentido, de “P” devem conter “fa” (ou “~fa”). E pela teoria pictórica, vimos que “fa” é verdadeiro se for o caso que fa; e falso se não for o caso. “~fa” é verdadeiro se não for o caso que fa. É falso se for o caso que fa. Então “P” deve também mencionar “f” e “a” na mesma combinação como apresentado por seus representantes (teoria pictórica), isto é, “f” e “a” em “fa” (ou “~fa”). Por conseguinte, cada expressão completamente analisada de “P” contém um sinal proposicional que é a expressão completamente analisada de “fa”, isto é “Q” (ou “~f”, que é “~Q”), conforme (5.54), deve contê-lo como função de verdade.

Para concluirmos, devemos ainda considerar (4.211), a lembrar, que em conjunto com (5.54) forma a tese da independência. Suponhamos que há duas proposições elementares diferentes, “P” e “Q”, de modo que “P” implique em “~Q”. Se “Q*” é a expressão completamente analisada de “Q”, então “~Q*” é uma expressão completamente analisada de “~Q”. Se considerarmos que, como visto antes, se uma proposição implica uma proposição elementar, então toda expressão completamente analisada daquela contém uma expressão completamente analisada das operações de verdade da última, ao supormos que “P” implica “~Q”, temos que toda expressão completamente

analisada de “P” contém uma expressão completamente analisada das operações de verdade “ $\sim Q$ ”. Tendo em vista que nenhuma expressão completamente analisada de uma proposição elementar pode conter uma expressão completamente analisada de outra proposição, a única possibilidade que resta é a de que “P” e “ $\sim Q$ ” sejam uma e a mesma proposição. Então “ $\sim Q^*$ ” é a expressão completamente analisada de “P”. Mas “ $\sim Q^*$ ” não é uma combinação imediata de nomes. Visto que uma expressão completamente analisada de uma proposição elementar deve ser uma combinação imediata de nomes, “P” não pode ser uma proposição elementar. Uma proposição elementar não pode implicar na negação de outra proposição elementar, nenhuma proposição elementar pode estar em contradição com outra proposição elementar (4.211).

6. CONCLUSÃO

No início do artigo foi dito que a tese principal a ser defendida neste trabalho pretende salvaguardar a noção de que uma proposição mostra o seu sentido contra uma devastadora interpretação do *Tractatus* defendida por importantes comentadores. Segundo estes, tanto o primeiro quanto o segundo Wittgenstein teriam uma concepção deflacionária da Filosofia, de acordo com a qual o autor em questão não tem questões filosóficas genuínas e não dá andamento a nenhuma tese. No caso específico do *Tractatus* é afirmado que, à exceção de algumas indicações de “efeito” que sugere como o livro deve ser lido, a obra do jovem Wittgenstein não passa de um amontoado de contra-sensos e mesmo as observações sobre a doutrina do *mostrar* devem ser, por fim, abandonadas ao status de *nonsense*.

O tipo de defesa apresentado não pretende isolar a obra do jovem Wittgenstein das críticas posteriores que ele mesmo apresentou nas *Investigações Filosóficas*. A defesa de que a tese da independência, da analiticidade e da contingência são corolários para a tese de que a proposição mostra o seu sentido aponta para a maior parte dos fundamentos do chamado atomismo lógico¹⁵. Contudo, a estratégia de defesa adotada tenta afastar o *Tractatus* das críticas de cunho aniquilador da “nova leitura” (PROOPS, 2001) ao apresentar *teses filosóficas* substanciais, teses que mais tarde o mesmo Wittgenstein reconhece como doutrinárias, mas não meros contra-sensos. Poderia ser dito que o que está sendo defendido aqui é uma petição de princípio, pois argumentar por uma ordem lógica das teses do *Tractatus* na suposição de que elas não são contra-sensos parece que não se segue que no *Tractatus* há teses, dado que o próprio Wittgenstein parece tomá-las como contra-sensos, vide (6.54) abaixo; mas nas próximas linhas tentarei mostrar que não é um caso de *petitio*. O que está em jogo é o fato de que, se a “nova leitura” estiver correta, não há espaço para uma interpretação que envolva a atribuição de posição filosófica substancial no *Tractatus*. Parece que os adeptos da “nova leitura” levaram muito a sério o penúltimo aforismo:

¹⁵ “Maior parte” porque o atomismo lógico do *Tractatus* compreende, além do linguístico (análise, independência e contingência) e metafísico (objetos e substância), o atomismo epistemológico, que trata de como podemos saber que algo é um objeto tractariano, tópico não tematizado neste trabalho. Segundo Proops (2004), o atomismo lógico pode ser desmembrado nos seguintes tópicos: (i) Every proposition has a unique final analysis which reveals it to be a truth-function of elementary propositions (1969b, 3.25, 4.221, 4.515); (ii) These elementary propositions assert the existence of atomic states of affairs (3.25, 4.21); (iii) Elementary propositions are mutually independent – each one can be true or false independently of the truth or falsity of the others (4.211, 5.134); (iv) Elementary propositions are immediate combinations of semantically simple symbols or “names” (4.221); (v) Names refer to items wholly devoid of complexity, so-called “objects” (2.02, 3.22); (vi) Atomic states of affairs are combinations of these simple objects (2.01).”

(6.54) Minhas proposições elucidam dessa maneira: quem me entende acaba por reconhecê-las como contra-sensos, após ter escalado através delas – por elas – para além delas. (Deve, por assim dizer, jogar fora a escada após ter subido por ela.) Deve sobrepujar essas proposições, e então verá o mundo corretamente.

Não apenas parece que deram ênfase em demasia à recomendação de Wittgenstein, como também tiraram vantagem da natureza aparentemente paradoxal das observações sobre o *mostrar*. Devemos ter em conta que se a noção de *mostrar* no *Tractatus* for tão incoerente quanto os adeptos da “nova leitura” pressupõem, mesmo este artigo e outros que versam sobre a doutrina do *mostrar* também não passam de contra-sensos. Caso isso não pareça um bom argumento, se levarmos em conta que a própria Diamond (2000) mudou de perspectiva, assumindo que há tipos de *transitional nonsense*, ninguém melhor do que Hacker (2000, p. 361) para completar minha defesa:

Finally, those among them [The Resolute Readers] who contend that some of the propositions of the *Tractatus* are ‘transitional ways of talking’ in a ‘dialectic’ in effect distinguish between two kinds of nonsense: plain nonsense and transitional nonsense. Assuming that it is important that we come to realize that apparent sentences that we think make sense are actually nonsense, then transitional nonsense is important nonsense, unlike plain nonsense.

E podemos melhor entender tal consideração passando em vista a posição prévia de Hacker em “Insight and Illusion” (p. 18–19):

Within the domain of nonsense we may distinguish overt from covert nonsense. Overt nonsense can be seen to be nonsense immediately. (...) But most of philosophy does not obviously violate the bounds of sense. It is covert nonsense for, in a way that is not perspicuous in ordinary language to the untutored mind, it violates the principles of the logical syntax of language. (...) Nevertheless, even within the range of philosophical, covert nonsense can we dis-

tinguish (...) between what might (somewhat confusingly) be called illuminating nonsense, and misleading nonsense. Illuminating nonsense will guide the attentive reader to apprehend what is shown by other propositions which do purport to be philosophical; moreover it will intimate, to those who grasp what is meant, its own illegitimacy.

Parece que a maior contribuição de autores como Cora Diamond em relação à filosofia de Wittgenstein, em especial à primeira parte de sua obra, foi apontar para o fato de que, em casos extremos como o de num encadeamento de contra-sensos, o maior absurdo não seria se considerássemos que ele fosse capaz de mostrar algo que não pudesse ser posto em palavras, mas que esse mesmo contra-senso daria se fizesse sentido. Infelizmente, como vimos, parece que mesmo a distinção *dizer / mostrar* do *Tractatus* é tratada por tais autores como desorientadora. Por outro lado, Peter Hacker (2001, p. 365) enfatizou que o veículo do *mostrar* é usualmente dito no *Tractatus* como sendo característica, (a) sinal distintivo de uma linguagem com sentido ou como sendo (b) tautologias e contradições (*sinnlos*):

(a) (4.1211) Assim, uma proposição “*fa*” mostra que o objeto *a* aparece em seu sentido; duas proposições “*fa*” e “*ga*”, que tratam do mesmo objeto. Se duas proposições se contradizem, sua estrutura mostra isso; do mesmo modo, se uma se segue da outra. E assim por diante.

(b) (4.461) A proposição mostra o que diz; a tautologia e a contradição, que não dizem nada. A tautologia não tem condições de verdade, pois é verdadeira incondicionalmente; e a contradição, sob nenhuma condição. Tautologia e contradição não têm sentido. (Como o ponto de que partem duas flechas em direções opostas.) (Nada sei, p.ex., a respeito do tempo, quando sei que chove ou não chove).

E como Ian Proops acrescenta (2001, p. 5), embora seja

pragmaticamente autodestrutivo afirmar algo como “*p* não é dizível, mas é mostrado pelo fato de que *q*”¹⁶, o *Tractatus* contém outras formulações da noção do *mostrar* que parecem driblar esta dificuldade. Por exemplo, Wittgenstein diz, em conexão clara com o axioma da infinitude de Russell:

(5.535) Com isso liquidam-se também todos os problemas que estavam associados a tais pseudoproposições. Agora, todos os problemas que o “Axiom of Infinity” de Russell acarreta já se podem resolver. O que cumpriria ao *Axiom of Infinity* dizer exprimir-se-ia na linguagem por haver uma infinidade de nomes e significados diferentes.

Com esse aforismo Wittgenstein se refere a um objeto de *insight* inexprimível, mas sem expressá-lo. E em carta para Russell em 19 de agosto de 1919 (WITTGENSTEIN, 1974, p. 126):

What you want to say by the apparent proposition ‘there are 2 things’ is shown by there being two names, which have different meanings.

Por fim, vale lembrar que o que é defendido neste artigo é que a doutrina do mostrar não é baseada na noção de que “o que é mostrado” seja uma verdade inefável, mas como uma característica do estado de coisas (4.1221; 4.112) – por exemplo, como as coisas estão se uma proposição for verdadeira (4.022), forma lógica (4.121) e relação interna entre as formas das proposições (4.1211).

Abstract: The aim of this work is to preserve the *saying / showing* tractarian distinction from the *New Wittgenstein* reading, which defends, among other things, that the *Tractatus* contains only strings of plain nonsense. The author presents a brief exposition of the language system of the *Tractatus*. Then he tries to interrelate three core theses, the analyticity theses, the contingency theses and the independency theses as unified by the picture theory. The lat-

¹⁶ Cora Diamond diz que quem se compromete com enunciados deste tipo está “amarelando”. Em inglês “chickening out”. Diamond (1991, p. 181).

ter provides the account of an elementary proposition, subject to the constraint that a proposition must show its sense. This work recognizes (without evaluating) the late Wittgenstein's objections to his early picture theory of meaning, but also recognizes that those objections relate to philosophical theses, not to pure nonsense.

Key-words: *Tractatus*, Picture Theory, Analyticity, Contingency, Independence.

REFERÊNCIAS

BLACK, M. *A Companion to Wittgenstein's Tractatus*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

CHEUNG, L. K. C. The Unity of Language and Logic in Wittgenstein's *Tractatus*. *Philosophical Investigations*, v. 29, n 1, p. 20-55, 2006.

CONNANT, J. *Wittgenstein. Biography and Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

DIAMOND, C. *The Realistic Spirit: Wittgenstein, Philosophy and the Mind*. Cambridge: The MIT Press, 1991.

_____. Ethics, Imagination and the Method of Wittgenstein's *Tractatus*. In: CRARY, A.; READ, R. *The New Wittgenstein*. London and New York: Routledge, p. 149–173, 2000.

FLOYD, J. The Uncaptive Eye: Solipsism in Wittgenstein's *Tractatus*. In: ROUNER, L. *Loneliness*. University of Notre Dame Press, p. 79–108, 1998.

FOGELIN, R. J. *Wittgenstein*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1996.

GOLDFARB, W. Wittgenstein on Fixity of Meaning. In:

TAIT, W. *Early analytic philosophy: Frege, Russell, Wittgenstein*. Illinois: Caurus Publishing, p. 75-98, 1997.

GRIFFIN, J. *Wittgenstein's Logical Atomism*. Londres, Seattle: University of Washington, 1969.

HACKER, P. M. S. *Insight and Illusion*. New York: Oxford University Press, 1986.

_____. Was He Trying To Whistle It? In: CRARY, A.; READ, R. *The New Wittgenstein*. London and New York: Routledge, p. 353-388, 2000.

_____. *Wittgenstein: Connections and Controversies*. Oxford: Clarendon Press, 2001.

KENNY, A. *Wittgenstein*, Londres: Penguin, 1973.

KREMER, M. The Purpose of Tractarian Nonsense, *Noûs*, v. 35, p. 39-73, 2001.

MARGUTTI PINTO, P. R. *Iniciação ao Silêncio*. São Paulo, Loyola, 1998.

PROOPS, I. *Logic and Language in Wittgenstein's Tractatus*. Nova Iorque e Londres: Garland, 2000.

_____. The New Wittgenstein: a Critique, *European Journal of Philosophy*, v. 9(3), p. 375-404 (30), 2001.

_____. Wittgenstein's Logical Atomism. In: *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, (summer 2007 edition). URL = <http://plato.stanford.edu/entries/wittgenstein-atomism/>, 2004.

WITTGENSTEIN, L. *Notebooks, 1914-1916*. Org. G. H. Von Wright e G. E. M. Anscombe. Oxford: Blackwell,

1969a.

_____. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad. de D. F. Pears e B. F. McGuinness. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1969b.

_____. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad., notas e ensaio introdutório de Luiz Henrique L. Santos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. *Letters to Russell, Keynes and Moore*. Edit. by G. H. Von Wright and G. E. M. Anscombe. Trad. de G. E. M. Anscombe. Oxford: Blackwell, 1974.

_____. *Philosophical Grammar*. Org. Rush Rhees. Trad. de Anthony Kenny. Berkeley/CA: University of California Press, 1974.

_____. *Philosophical Investigations*. Oxford: Blackwell, 1997.

_____. Some Remarks on Logical Form, *Proceedings of the Aristotelian Society*, Suppl., v. 9, p. 162-171, 1929. URL = <http://www.geocities.jp/mickindex/wittgenstein/witt_SR_oLF_en.html>.